

A Classe méRdia brasileira

O rentismo, a ilusão da riqueza e a sociedade que teme o próprio futuro

Ensaio em três partes | Parte III

Ricardo Giuliani

Mestre e Doutor em Direito.

Escritor e Artista Plástico.

Publicação: ricardogiuliani.com.br

PARTE III

O medo, a moral e a política

A classe méRdia diante da extrema-direita

Apresentação

Na primeira parte deste ensaio, procurei examinar uma contradição que considero constitutiva de determinados segmentos da sociedade brasileira: a distância entre a posição econômica efetivamente ocupada pelas camadas médias e a condição patrimonial com a qual frequentemente se identificam. Chamei de *classe méRdia* essa disposição social que combina o medo da pobreza, da qual se está perigosamente próximo, com a fascinação pela riqueza, da qual se permanece estruturalmente distante. Assinalei, então, que a teologia da prosperidade oferece a essa fascinação uma gramática religiosa.

Na segunda parte, introduzi o conceito de *fator Faria Lima*, compreendido como a transformação da racionalidade financeira em modelo cultural de sucesso, prestígio e reconhecimento social. Argumentei que a valorização patrimonial, quando convertida em ideal superior de realização individual, pode obscurecer a diferença entre a produção de riqueza e a apropriação dos rendimentos dela derivados, e que as apostas online oferecem, em versão popular, a mesma promessa do dinheiro que se multiplica sozinho.

Nesta terceira e última parte, pretendo investigar as consequências políticas dessas contradições. Minha hipótese é que a insegurança econômica, combinada com a aspiração de pertencimento às elites, pode favorecer determinadas formas de conservadorismo social. Quando a promessa de ascensão material perde credibilidade, a busca por reconhecimento pode deslocar-se para o campo da moralidade, da identidade e da autoridade. É nesse ambiente que movimentos políticos de extrema-direita encontram oportunidades de mobilização.

Não pretendo afirmar que a classe média seja naturalmente autoritária, tampouco que o crescimento internacional da extrema-direita decorra exclusivamente de fatores econômicos. As experiências históricas demonstram que o autoritarismo mobiliza grupos de diferentes posições sociais, inclusive parcelas significativas das elites econômicas.

O que desejo investigar é uma relação mais específica: **como a insegurança material pode converter-se em demanda por superioridade moral e como essa transformação contribui para a formação de identidades políticas conservadoras e, em determinadas circunstâncias, autoritárias.**

A questão interessa particularmente ao Brasil, onde a concentração patrimonial, a desigualdade social e a fragilidade das expectativas de mobilidade econômica convivem com uma cultura política que frequentemente transforma conflitos distributivos em confrontos morais.

1. Quando a insegurança econômica procura abrigo na autoridade

O medo é um sentimento humano elementar. Sua importância política, entretanto, ultrapassa a experiência individual. Sociedades marcadas por instabilidade econômica, mudanças culturais aceleradas e fragilidade das expectativas de futuro podem oferecer condições favoráveis ao aparecimento de movimentos que prometem restaurar uma ordem supostamente perdida.

Essa promessa possui uma característica peculiar: frequentemente se dirige menos ao futuro do que ao passado. O futuro exige transformações, investimentos, inovação e disposição para enfrentar incertezas. O passado, quando idealizado, oferece a aparência de um mundo conhecido, organizado por hierarquias estáveis e valores aparentemente indiscutíveis.

A promessa de restauração pode ser particularmente atraente para indivíduos que percebem sua posição social como ameaçada. Não é necessário que tenham experimentado empobrecimento absoluto. A sensação de perda pode resultar da comparação com outros grupos, da redução das expectativas de ascensão ou da percepção de que antigas distinções sociais estão desaparecendo.

Uma família pode preservar seu rendimento e, ainda assim, experimentar insegurança diante do aumento dos custos de moradia, educação, saúde e previdência; é a distância, examinada na primeira parte, entre capacidade de consumo e segurança econômica. Um profissional pode manter sua ocupação e perceber que as qualificações responsáveis por seu reconhecimento social perderam parte do valor econômico que possuíam. Um pequeno empresário pode conservar seu patrimônio e, simultaneamente, sentir-se ameaçado por transformações tecnológicas, mudanças tributárias ou alterações nas condições de concorrência.

Essas experiências não conduzem necessariamente ao autoritarismo. Podem produzir demandas por políticas sociais, reformas econômicas, proteção institucional ou renovação democrática. Podem também favorecer discursos que atribuem a insegurança à ação de grupos identificados como ameaças à ordem.

O problema econômico passa, então, a receber uma explicação moral. A dificuldade de ascensão deixa de ser interpretada como resultado de condições estruturais e passa a ser atribuída à perda de valores, à corrupção dos costumes, à presença de grupos considerados privilegiados ou à atuação de inimigos políticos. A sociedade deixa de ser percebida como um espaço de conflitos legítimos entre interesses diversos e passa a ser representada como um campo de batalha entre aqueles que preservariam a ordem e aqueles que desejariam destruí-la.

Essa transformação constitui um dos mecanismos mais importantes da radicalização política. O adversário deixa de ser alguém com quem se disputa uma orientação de governo e converte-se em ameaça à própria existência da comunidade. A política perde parte de sua natureza deliberativa e assume a forma de uma confrontação moral permanente.

É nesse ponto que a insegurança social pode tornar-se matéria-prima do autoritarismo.

2. Erich Fromm e o medo da liberdade

Em *O medo à liberdade*, publicado em 1941, Erich Fromm procurou compreender por que indivíduos submetidos às transformações da modernidade poderiam desenvolver disposições favoráveis à submissão autoritária.¹ Sua reflexão não reduz o autoritarismo à pobreza ou à insegurança econômica. O problema é mais amplo.

A modernidade ampliou as possibilidades de autonomia individual e, ao mesmo tempo, enfraqueceu determinadas estruturas tradicionais de pertencimento. O indivíduo conquistou liberdade em relação a antigas formas de autoridade e passou a enfrentar novas experiências de isolamento, competição e incerteza. A liberdade, nessas circunstâncias, pode ser vivida simultaneamente como conquista e como responsabilidade angustiante.

Fromm identificou diferentes mecanismos pelos quais os indivíduos procuram escapar dessa experiência, entre eles a submissão a autoridades percebidas como fortes. A autoridade promete reduzir a incerteza. Oferece uma interpretação simples do mundo, estabelece fronteiras entre o permitido e o proibido e define os grupos considerados legítimos ou ameaçadores. Sua força não decorre apenas da capacidade de impor decisões. Decorre também da possibilidade de oferecer pertencimento.

Essa interpretação permite compreender uma das contradições da classe média. O indivíduo deseja autonomia econômica, mas experimenta insegurança diante das condições necessárias para conquistá-la. Valoriza a liberdade individual, mas pode desejar uma autoridade política capaz de estabelecer limites rígidos ao comportamento dos demais. Defende a competição como princípio de organização econômica, mas frequentemente procura proteção contra seus efeitos quando estes ameaçam sua própria posição.

Não considero que essas contradições sejam exclusivas das camadas médias. Elas atravessam diferentes grupos sociais. A posição intermediária, entretanto, pode torná-las especialmente perceptíveis. A classe média encontra-se suficientemente integrada à sociedade de consumo para desejar preservar suas distinções e permanece vulnerável às transformações econômicas que ameaçam sua estabilidade. Sua liberdade econômica é limitada pela necessidade de trabalhar. Sua autonomia patrimonial é limitada pela insuficiência de riqueza acumulada. Sua identidade social é frequentemente sustentada por símbolos cujo custo, como procurei mostrar na primeira parte, exige esforço financeiro permanente.

A autoridade pode oferecer uma compensação para essa insegurança. Quando não é possível controlar as condições econômicas da própria existência, torna-se tentador apoiar projetos que prometem controlar as condições morais da existência coletiva.

A liberdade econômica que não se realiza pode encontrar na autoridade moral uma forma substitutiva de afirmação pessoal.

Essa hipótese não explica todas as manifestações do conservadorismo. Permite, contudo, investigar uma de suas possíveis fontes sociais.

3. O ressentimento e a fabricação dos culpados

O ressentimento constitui uma categoria particularmente importante para compreender determinadas formas de mobilização política. Nietzsche e Max Scheler desenvolveram interpretações distintas sobre sua origem e seus efeitos morais.^{2,3} Em termos gerais, o ressentimento pode envolver

a transformação de experiências de impotência, frustração ou inferiorização em juízos negativos dirigidos àqueles percebidos como responsáveis por essas experiências.

Na política contemporânea, esse mecanismo pode assumir uma dimensão coletiva. Grupos que experimentam perda de reconhecimento ou frustração de expectativas podem desenvolver hostilidade contra outros grupos identificados como beneficiários de vantagens injustas. O conflito deixa de ser organizado em torno das estruturas econômicas que produzem a desigualdade e passa a ser dirigido a personagens socialmente reconhecíveis.

O beneficiário de uma política redistributiva pode ser apresentado como alguém que vive às custas dos trabalhadores. O servidor público pode ser transformado em símbolo de privilégios generalizados. As minorias podem ser representadas como grupos que recebem proteção excessiva. Os movimentos sociais podem ser descritos como ameaças à ordem. A universidade pode ser apresentada como espaço de corrupção ideológica. A imprensa e as instituições de controle podem ser acusadas de integrar uma conspiração contra a vontade popular.

Essas representações não aparecem necessariamente juntas, nem pertencem exclusivamente à extrema-direita. A crítica a políticas públicas, instituições e movimentos sociais é parte legítima da democracia. A diferença surge quando a crítica abandona a análise dos fatos e passa a atribuir a grupos inteiros uma condição moral inferior ou uma intenção coletiva de destruição da sociedade. Nesse momento, o ressentimento deixa de ser apenas uma experiência subjetiva e converte-se em instrumento de organização política.

O problema central é a substituição da análise estrutural pela identificação de culpados. A desigualdade econômica, cuja formação envolve relações complexas de propriedade, trabalho, tributação e oportunidades, passa a ser explicada pela suposta existência de grupos moralmente indignos. O conflito distributivo é reorganizado como conflito de virtudes.

A classe média pode encontrar nessa representação uma forma de preservar sua autoestima social. Ao identificar grupos considerados inferiores, reafirma simbolicamente uma posição de superioridade que sua condição econômica não assegura de maneira estável. Não precisa ser rica para sentir-se distinta. Basta acreditar que ocupa uma posição moralmente superior à daqueles que considera responsáveis pela desordem social.

Essa operação simbólica pode produzir uma satisfação política imediata, embora não modifique as condições materiais que originaram a insegurança. O ressentimento oferece culpados. Não oferece, por si só, desenvolvimento.

4. A certificação moral da sociedade: quem tem o direito de dizer como os outros devem viver?

Chego ao ponto que considero especialmente relevante para compreender a relação entre a classe média e determinadas manifestações contemporâneas da extrema-direita: a pretensão de exercer uma certificação moral sobre a sociedade.

Por certificação moral entendo a disposição de determinados grupos para transformar suas próprias convicções religiosas, familiares, culturais ou comportamentais em critérios gerais de legitimidade social. Não se trata simplesmente de defender valores conservadores. O conservadorismo, como tradição intelectual e política, possui formulações legítimas e historicamente relevantes. Edmund Burke, por exemplo, desenvolveu uma crítica às transformações revolucionárias

fundada na importância das instituições, da prudência e da continuidade histórica.⁴ A preservação de tradições não constitui, por si só, uma manifestação autoritária.

A questão se modifica quando determinadas convicções particulares passam a reivindicar o direito de definir quais indivíduos, famílias e comportamentos merecem reconhecimento público. Nesse momento, a moral deixa de orientar exclusivamente a conduta de seus adeptos e passa a funcionar como instrumento de classificação da sociedade. A família considerada legítima, a religião reconhecida como verdadeira, a sexualidade admitida como aceitável e o comportamento social identificado como correto tornam-se critérios de pertencimento. A diferença deixa de ser percebida como expressão do pluralismo e passa a ser interpretada como ameaça.

A certificação moral pressupõe, portanto, uma hierarquia entre modos de vida. Alguns indivíduos seriam portadores dos valores necessários à preservação da sociedade. Outros representariam sua degradação.

A questão é particularmente delicada em sociedades constitucionais democráticas. A Constituição brasileira de 1988 estabelece, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político. Também protege a liberdade de consciência e de crença, a igualdade perante a lei e a liberdade de manifestação do pensamento.⁵ Essas garantias não impedem a existência de convicções morais divergentes. Ao contrário, pressupõem sua convivência. A democracia constitucional não exige que os cidadãos compartilhem os mesmos valores religiosos ou culturais. Exige que reconheçam a legitimidade da existência daqueles que não compartilham suas convicções.

A pretensão de certificação moral rompe essa reciprocidade. O indivíduo reivindica liberdade para suas próprias escolhas e deseja restringir a liberdade daqueles que considera moralmente inadequados. Essa contradição aparece com frequência em discursos que defendem a liberdade econômica como princípio quase absoluto, enquanto reivindicam forte intervenção estatal sobre a vida privada. O Estado deveria ser limitado quando se trata de regular determinadas relações patrimoniais e suficientemente poderoso para impor padrões morais à sociedade.

Não há, evidentemente, uma identidade necessária entre liberalismo econômico e autoritarismo moral. Existem liberais comprometidos com o pluralismo, conservadores democráticos e diferentes combinações entre posições econômicas e culturais. O que pretendo examinar é uma articulação política específica, na qual a liberdade do capital convive com a pretensão de disciplinamento moral dos indivíduos.

Essa combinação não constitui uma novidade absoluta. Wendy Brown, em *Nas ruínas do neoliberalismo*, investiga como determinadas racionalidades neoliberais podem coexistir com movimentos de reação às conquistas igualitárias e às transformações democráticas.⁶ Sua contribuição permite compreender que a valorização da liberdade econômica não conduz necessariamente à ampliação de todas as liberdades. A liberdade pode ser interpretada de maneira seletiva. Defende-se a autonomia dos proprietários e questiona-se a autonomia dos indivíduos em suas escolhas existenciais. Protege-se a liberdade contratual e desconfia-se da liberdade cultural. Exalta-se o mérito individual e procura-se preservar hierarquias herdadas.

A classe média pode encontrar nessa combinação uma resposta para suas contradições. Se não dispõe de patrimônio suficiente para assegurar superioridade econômica, pode reivindicar uma superioridade fundada na moralidade. A certificação moral converte-se, assim, em patrimônio simbólico. Na primeira parte, assinalarei que a teologia da prosperidade costura o medo da queda, a aspiração patrimonial e a promessa de superioridade moral; é nesse ponto que a costura se completa,

porque quem não alcançou a riqueza que seria sinal de bênção ainda pode exibir a virtude que seria sinal de eleição.

Quando a riqueza não distingue suficientemente o indivíduo, a moralidade pode ser mobilizada para estabelecer a distância social que o patrimônio não conseguiu produzir.

Não se trata de reduzir a religiosidade ou as convicções familiares a instrumentos de dominação. Essas experiências possuem significados próprios e podem sustentar importantes práticas de solidariedade e compromisso democrático. O problema aparece quando são transformadas em critérios de exclusão e em instrumentos de negação da igualdade jurídica.

A democracia não precisa de uma sociedade moralmente uniforme. Precisa de instituições capazes de assegurar a convivência entre pessoas que pensam, acreditam e vivem de maneiras diferentes.

5. A extrema-direita e a promessa de restaurar um mundo que talvez nunca tenha existido

Os movimentos contemporâneos de extrema-direita apresentam diferenças importantes entre países. Suas origens, lideranças, bases eleitorais e programas econômicos não são idênticos. Algumas características, entretanto, aparecem de maneira recorrente: a valorização de autoridades fortes, a desconfiança em relação às instituições intermediárias, a construção de antagonismos entre grupos sociais e a promessa de restaurar uma ordem percebida como ameaçada.

A ideia de restauração possui grande força mobilizadora. Oferece uma narrativa segundo a qual a sociedade teria perdido algo essencial: sua identidade, seus valores, sua prosperidade ou sua autoridade. A política passa a ser apresentada como instrumento de recuperação dessa condição anterior. O passado invocado, contudo, frequentemente constitui uma construção seletiva da memória. Recordam-se determinados padrões de estabilidade e pertencimento e silenciam-se desigualdades, exclusões e conflitos que também caracterizavam aquele período. A restauração promete recuperar uma ordem sem enfrentar as condições históricas que tornaram sua reprodução impossível.

Essa operação é particularmente importante quando se examina a relação entre extrema-direita e economia. Determinados movimentos mobilizam trabalhadores e segmentos intermediários afetados pela precarização econômica, pela desindustrialização ou pela perda de expectativas de ascensão. Suas propostas econômicas, entretanto, podem preservar mecanismos de concentração patrimonial ou apresentar soluções insuficientes para os problemas que sustentam essa insatisfação. Não se trata de uma contradição universal. Há movimentos nacionalistas que defendem protecionismo, políticas industriais e medidas sociais destinadas a determinados grupos nacionais. O que merece investigação é a maneira pela qual a promessa de pertencimento e restauração pode assumir importância superior aos resultados econômicos efetivamente alcançados.

O eleitor não escolhe apenas um programa de governo. Escolhe também uma narrativa sobre quem é, a que comunidade pertence e quais grupos considera responsáveis por suas dificuldades. A política torna-se uma disputa pela interpretação da identidade social.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, em *Como as democracias morrem*, demonstram a importância das normas informais de tolerância mútua e contenção institucional para a preservação dos regimes democráticos.⁷ Quando adversários passam a ser tratados como inimigos ilegítimos, essas normas se enfraquecem. O problema não reside na intensidade do conflito político, que é inerente à democracia.

Reside na recusa de reconhecer a legitimidade do adversário e na disposição de utilizar o poder para restringir as condições futuras de competição.

A extrema-direita adquire uma dimensão propriamente autoritária quando ultrapassa a defesa de posições conservadoras e passa a contestar os fundamentos do pluralismo democrático. É importante preservar essa distinção. Nem toda direita é extrema-direita. Nem todo conservadorismo é autoritário. Nem toda crítica às instituições representa ameaça à democracia. A análise perde precisão quando transforma divergências legítimas em manifestações indistintas de extremismo. Perde, igualmente, capacidade crítica quando ignora os sinais de radicalização que procuram subordinar instituições, restringir direitos e negar legitimidade aos adversários.

A classe média pode participar desses movimentos não apenas por concordância com suas propostas econômicas, e sim porque encontra neles uma linguagem de pertencimento e reconhecimento. A restauração prometida pode ser menos a recuperação de uma prosperidade efetivamente perdida do que a reafirmação de uma superioridade social considerada ameaçada.

6. O Brasil: desigualdade, bolsonarismo e a política do reconhecimento

A experiência brasileira recente oferece um campo especialmente importante para essa investigação. O bolsonarismo reuniu segmentos sociais heterogêneos, com diferentes níveis de renda, escolaridade, religiosidade e inserção territorial. Sua formação não pode ser explicada exclusivamente pelo comportamento da classe média. A adesão ao movimento envolveu fatores diversos, entre eles o antipetismo, a insatisfação com a corrupção, a crise de representação política, a insegurança pública, o conservadorismo moral, as transformações religiosas e a rejeição a determinadas orientações econômicas e culturais. Contou também com o apoio de parcelas das elites empresariais e de grupos de renda elevada.

Seria inadequado, portanto, apresentar o bolsonarismo como simples expressão política de uma classe média ressentida. O fenômeno é mais complexo. Determinados elementos de sua linguagem política, entretanto, permitem identificar a articulação entre aspirações econômicas e demandas de reconhecimento moral. A defesa do empreendedorismo individual, a valorização da propriedade privada, a crítica às políticas redistributivas e a afirmação de padrões tradicionais de comportamento apareceram, em diferentes combinações, no repertório político do movimento. Esses elementos não são necessariamente incompatíveis com a democracia. Sua articulação com discursos de deslegitimação institucional e hostilidade ao pluralismo, entretanto, pode adquirir significado autoritário.

O aspecto que me interessa é compreender por que segmentos economicamente dependentes do trabalho podem identificar-se com programas que atribuem centralidade à proteção da propriedade e à valorização patrimonial. A resposta não pode ser encontrada apenas na renda. É necessário considerar as expectativas de ascensão, as experiências de mobilidade social, as identidades religiosas, as redes de sociabilidade e a percepção de reconhecimento.

A classe média pode interpretar a ampliação de direitos de grupos historicamente excluídos como ameaça à sua própria distinção social. Quando o acesso à universidade, ao consumo, aos espaços urbanos e aos serviços antes restritos se amplia, determinadas fronteiras simbólicas tornam-se menos nítidas. Essa transformação pode ser celebrada como democratização das oportunidades. Pode também ser experimentada por alguns grupos como perda relativa de posição, como antecipação na primeira parte.

A distinção é importante: a ampliação dos direitos de outros indivíduos não significa redução dos direitos anteriormente existentes. O reconhecimento social, entretanto, não opera exclusivamente por critérios absolutos. Parte de seu significado depende das diferenças percebidas entre os grupos. Se determinados bens, espaços ou credenciais eram utilizados como símbolos de superioridade, sua democratização pode reduzir o valor distintivo que possuíam.

Bourdieu oferece instrumentos importantes para compreender esse processo.⁸ A perda de exclusividade simbólica pode ser interpretada como perda de status, mesmo quando as condições materiais permanecem relativamente estáveis. Essa percepção pode alimentar reações conservadoras, não porque a democratização seja economicamente prejudicial aos segmentos intermediários, e sim porque altera os mecanismos de diferenciação pelos quais parte deles constrói sua identidade social.

O fenômeno exige investigação empírica cuidadosa. Não é possível deduzir automaticamente o comportamento eleitoral de um indivíduo a partir de sua renda ou de sua posição na hierarquia social. A hipótese, ainda assim, merece atenção.

A classe média pode experimentar como ameaça aquilo que, do ponto de vista coletivo, representa ampliação de direitos e oportunidades.

A contradição torna-se ainda mais expressiva quando a mesma pessoa que reivindica reconhecimento por seus esforços individuais desconfia do reconhecimento concedido a grupos que historicamente enfrentaram obstáculos maiores. A igualdade de oportunidades passa a ser aceita apenas enquanto não modifica determinadas hierarquias simbólicas. Essa é uma das fronteiras mais delicadas entre a defesa legítima do mérito e a preservação de privilégios.

7. A experiência internacional: quando a insegurança econômica encontra o nacionalismo

A ascensão da extrema-direita não constitui uma particularidade brasileira. Nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e em outros países, movimentos nacionalistas e populistas de direita passaram a mobilizar eleitores que experimentam diferentes formas de insegurança econômica, perda de reconhecimento ou desconfiança em relação às instituições. As explicações, entretanto, variam.

Nos Estados Unidos, o trumpismo encontrou apoio em segmentos afetados pelas transformações industriais, pela polarização cultural e pelas mudanças demográficas, e recebeu também apoio expressivo de eleitores economicamente favorecidos. Na França, o crescimento do Reagrupamento Nacional esteve associado, entre outros fatores, às desigualdades territoriais, à imigração, às transformações do mercado de trabalho e à insatisfação com as elites políticas tradicionais. Na Alemanha, a expansão da Alternativa para a Alemanha (AfD) apresenta relações com diferenças regionais, percepções sobre imigração, identidade nacional e desconfiança institucional.

Essas experiências demonstram que a insegurança econômica pode assumir diferentes traduções políticas. Ela não produz necessariamente uma demanda por redistribuição de renda. Pode alimentar projetos nacionalistas, propostas de fechamento econômico, discursos anti-imigração ou movimentos de restauração cultural. O elemento comum não é uma identidade absoluta entre os programas políticos. É a possibilidade de transformar experiências de perda ou ameaça em narrativas de pertencimento coletivo.

A contribuição de Pippa Norris e Ronald Inglehart, em *Cultural Backlash*, é relevante nesse contexto. Os autores examinam como reações às transformações culturais podem contribuir para o fortalecimento de movimentos populistas autoritários.⁹ Arlie Russell Hochschild, em *Strangers in Their Own Land*, oferece outra perspectiva, ao investigar experiências de ressentimento, identidade e

reconhecimento entre eleitores conservadores norte-americanos.¹⁰ Sua abordagem ajuda a compreender por que escolhas políticas aparentemente contraditórias com determinados interesses econômicos podem adquirir coerência quando interpretadas a partir das experiências subjetivas dos indivíduos.

É necessário, contudo, evitar uma explicação que transforme os eleitores em vítimas passivas de manipulação. As pessoas possuem convicções, valores e interesses que não podem ser reduzidos à renda. A religião, a identidade nacional, a segurança pública, a liberdade individual e a preservação de tradições podem constituir preocupações genuínas. O problema analítico consiste em compreender como essas preocupações são articuladas politicamente e em que circunstâncias passam a justificar a restrição de direitos ou a deslegitimação de instituições democráticas.

A comparação internacional permite formular uma hipótese relevante para o caso brasileiro.

Quando a promessa de prosperidade econômica deixa de produzir expectativas convincentes de ascensão, a política pode oferecer uma promessa alternativa: a recuperação de uma posição simbólica de superioridade.

A restauração nacional, a autoridade moral e a afirmação de identidades tradicionais podem funcionar como respostas a experiências de insegurança que possuem, ao menos parcialmente, origens econômicas. Essas respostas, contudo, não asseguram a superação das condições materiais que alimentaram a insatisfação. A política pode oferecer reconhecimento sem oferecer mobilidade. Pode oferecer inimigos sem oferecer desenvolvimento. Pode oferecer autoridade sem oferecer segurança.

Essa é uma das contradições mais importantes do conservadorismo autoritário contemporâneo.

8. O fator Faria Lima e a extrema-direita: uma aliança de interesses ou de conveniências?

Na segunda parte deste ensaio, defini o fator Faria Lima como a transformação da racionalidade financeira em um sistema de valores capaz de orientar as aspirações de grupos sociais que não pertencem às elites patrimoniais. A relação entre essa racionalidade e a extrema-direita exige algumas distinções.

Não existe uma identidade necessária entre o mercado financeiro e o autoritarismo político. As instituições financeiras dependem de segurança jurídica, previsibilidade contratual, estabilidade monetária e proteção dos direitos de propriedade, objetivos que podem ser mais bem assegurados por instituições democráticas estáveis. Os agentes financeiros possuem, além disso, interesses heterogêneos e podem apoiar diferentes projetos políticos.

Determinadas alianças entre elites econômicas e movimentos autoritários podem surgir, entretanto, quando interesses distributivos e expectativas de poder encontram pontos de convergência. A preservação de regimes tributários favoráveis à acumulação patrimonial, a redução de determinadas obrigações regulatórias e a proteção de posições econômicas podem constituir interesses de parcelas das elites. Movimentos políticos conservadores, por sua vez, podem oferecer apoio eleitoral, mobilização social e legitimidade popular a programas econômicos que não seriam necessariamente majoritários se apresentados exclusivamente por seus efeitos distributivos. Essa convergência não precisa resultar de um projeto previamente coordenado. Pode decorrer da aproximação circunstancial entre interesses econômicos e estratégias políticas.

O aspecto mais relevante para minha análise é o papel desempenhado pela classe média nessa articulação. Sua identificação imaginária com as elites patrimoniais pode favorecer a aceitação de determinadas orientações econômicas. Sua insegurança material pode torná-la receptiva a discursos de autoridade. Seu desejo de distinção pode aproximá-la de projetos de certificação moral da sociedade.

Essa aliança tem um operador discreto, que a segunda parte deixou entrever ao tratar da existência apresentada como empreendimento: o empreendedorismo. A figura do empreendedor individual, que Michel Foucault descreveu como o “empresário de si mesmo” e que Pierre Dardot e Christian Laval situaram no centro da razão neoliberal,¹¹ permite que o entregador de aplicativo e o controlador de um fundo de investimentos se reconheçam como membros da mesma categoria. Entre janeiro e abril de 2026, os microempreendedores individuais responderam por 78% das empresas abertas no país, e as atividades mais registradas foram a entrega de encomendas e o transporte rodoviário de carga.¹² Muitos desses empresários são trabalhadores sem patrão, sem salário fixo e sem proteção, a quem a palavra empreendedor oferece a dignidade que o contrato de trabalho já não oferece. O vocabulário cumpre função subliminar. Fixa a meritocracia como evidência, porque quem empreende responde sozinho pelo próprio êxito e pelo próprio fracasso, e dissolve, no plano simbólico, a fronteira entre quem vende o próprio tempo e quem compra o tempo alheio. A precariedade passa a ser vivida como iniciativa. E a aliança com as classes altas deixa de parecer subordinação, porque se apresenta como identidade: todos seriam empreendedores, distinguidos apenas pelo tamanho do empreendimento.

Dessa maneira, três disposições diferentes podem encontrar uma expressão política comum: a aspiração patrimonial, o medo da perda de posição e a demanda por reconhecimento moral. Essa combinação não constitui uma regra universal. Existem segmentos médios que defendem políticas redistributivas, instituições democráticas, direitos sociais e maior tributação sobre grandes patrimônios. Existem também grupos economicamente favorecidos que se opõem a projetos autoritários. A classe média não é uma unidade política homogênea.

A expressão classe média procura identificar uma disposição particular dentro desse universo. Sua utilidade está em revelar a contradição entre a posição econômica efetiva e a identidade social desejada. O fator Faria Lima oferece uma linguagem econômica para essa identidade. O conservadorismo compensatório pode oferecer sua expressão política. A certificação moral fornece, em determinadas circunstâncias, um mecanismo adicional de distinção.

A combinação desses elementos ajuda a compreender por que o apoio a projetos autoritários não depende exclusivamente de situações de miséria ou exclusão econômica. A insegurança relativa, a frustração de expectativas e a percepção de perda de status também podem desempenhar papéis importantes. A extrema-direita não precisa prometer riqueza a todos. Pode prometer que determinados grupos continuarão sendo reconhecidos como superiores a outros. E, para aqueles que não conseguem alcançar a posição econômica desejada, essa promessa pode adquirir significado político considerável.

9. A democracia constitucional diante da pretensão de superioridade moral

A discussão não estaria completa sem recuperar uma dimensão jurídica fundamental. A Constituição brasileira de 1988 representa uma escolha institucional pela organização pluralista da sociedade. A dignidade da pessoa humana, a cidadania e o pluralismo político constituem

fundamentos da República. A igualdade perante a lei e as liberdades individuais integram o núcleo de direitos que limita o exercício do poder.

Esses princípios não representam apenas declarações abstratas. Estabelecem uma concepção de convivência social segundo a qual o reconhecimento jurídico dos indivíduos não depende de sua posição econômica, de suas crenças religiosas ou de sua conformidade com determinados padrões culturais. A democracia constitucional não elimina os conflitos morais. Estabelece condições para que esses conflitos possam existir sem que um grupo adquira o direito de negar a legitimidade dos demais.

Essa distinção é essencial. A maioria política possui legitimidade para governar dentro dos limites constitucionais. Não possui, entretanto, autorização ilimitada para transformar suas preferências morais em instrumentos de exclusão. O princípio majoritário convive com a proteção dos direitos fundamentais. A legitimidade democrática não decorre exclusivamente da quantidade de votos recebidos; decorre também do respeito às condições jurídicas que tornam possível a participação política dos diferentes grupos sociais.

Hannah Arendt oferece uma contribuição importante para compreender a relação entre pluralidade e política. Em *A condição humana*, apresenta a pluralidade como condição fundamental da ação política.¹³ A existência de indivíduos diferentes, capazes de agir e expressar perspectivas próprias, constitui elemento essencial do espaço público. A pretensão de homogeneização moral representa, nessa perspectiva, um empobrecimento da experiência política.

Quando a sociedade passa a ser dividida entre indivíduos moralmente legítimos e ilegítimos, o espaço de convivência é substituído por uma lógica de exclusão. O adversário deixa de representar uma perspectiva diferente e passa a ser percebido como alguém cuja presença ameaça a comunidade. Essa transformação possui consequências institucionais. A imprensa independente pode ser interpretada como inimiga. As universidades podem ser tratadas como espaços de doutrinação. O Poder Judiciário pode ser considerado legítimo apenas quando suas decisões coincidem com determinadas expectativas políticas. Os mecanismos de controle deixam de ser compreendidos como garantias contra o abuso de poder e passam a ser apresentados como obstáculos à realização de uma vontade popular supostamente homogênea.

A democracia, entretanto, pressupõe que nenhuma força política detenha o monopólio da representação legítima da sociedade. O pluralismo não constitui uma concessão benevolente das maiorias. É uma condição de legitimidade do próprio regime constitucional.

Por isso, considero especialmente preocupante a transformação de convicções morais particulares em critérios de reconhecimento político. O Estado constitucional não existe para certificar a superioridade moral de determinados grupos. Existe para assegurar direitos, organizar conflitos legítimos e proteger a dignidade das pessoas, inclusive daquelas que não compartilham as convicções dos governantes.

10. O conservadorismo compensatório: uma hipótese sobre a política da classe *méRdia*

Ao longo deste ensaio, procurei construir três categorias interpretativas. A primeira, **classe *méRdia***, identifica uma disposição social caracterizada pela combinação entre insegurança econômica, aspiração patrimonial e identificação simbólica com posições superiores da estrutura social. A segunda, **fator Faria Lima**, descreve a difusão de uma racionalidade econômica que transforma a valorização patrimonial em modelo cultural de sucesso e reconhecimento. A terceira,

que proponho denominar **conservadorismo compensatório**, procura compreender como a frustração das expectativas de ascensão econômica pode favorecer a procura por formas alternativas de distinção social.

O conservadorismo compensatório não corresponde a uma categoria consolidada da ciência política. Utilizo a expressão como hipótese interpretativa. Seu fundamento é relativamente simples. Quando o indivíduo não consegue assegurar uma posição econômica correspondente às suas aspirações, pode buscar reconhecimento em outras dimensões da vida social. A religião, a identidade nacional, os costumes, a autoridade e a preservação de hierarquias podem adquirir importância como instrumentos de afirmação pessoal. Esses valores possuem significados próprios e não podem ser reduzidos a mecanismos de compensação econômica. Em determinadas circunstâncias, entretanto, podem desempenhar também essa função.

A pessoa que não consegue distinguir-se suficientemente pela riqueza pode procurar distinguir-se pela moralidade. Aquela que experimenta perda de reconhecimento profissional pode encontrar na identidade política uma forma de pertencimento. O indivíduo que percebe sua posição social como ameaçada pode aderir a projetos que prometem restaurar hierarquias consideradas legítimas.

O conservadorismo compensatório seria, portanto, uma resposta simbólica a experiências de insegurança e frustração. Sua relação com o autoritarismo dependerá da maneira pela qual essa resposta é organizada politicamente. Quando se manifesta como defesa de tradições, instituições e valores dentro dos limites do pluralismo, permanece no campo legítimo do conservadorismo democrático. Quando reivindica o direito de excluir grupos, restringir liberdades ou negar legitimidade aos adversários, pode assumir características autoritárias.

A distinção é fundamental. Não pretendo transformar o conservadorismo em uma patologia social. Procuo compreender as condições nas quais determinadas experiências de insegurança podem favorecer sua radicalização. Essa perspectiva também exige reconhecer que o ressentimento político não pertence exclusivamente à direita. Movimentos de diferentes orientações ideológicas podem mobilizar frustrações, construir inimigos e apresentar explicações simplificadas para problemas complexos. O que caracteriza a hipótese aqui desenvolvida é a articulação particular entre aspiração patrimonial, preservação de hierarquias e certificação moral.

A classe média pode tornar-se conservadora não porque esteja satisfeita com sua posição econômica, e sim porque teme que as transformações sociais comprometam as distinções que ainda consegue preservar. Seu conservadorismo não expressa necessariamente confiança na ordem existente. Pode expressar desconfiança diante de qualquer alternativa. É aquilo que, na primeira parte, chamei de conservação sem segurança: uma forma de conservação produzida pela própria insegurança.

O conservadorismo compensatório procura preservar simbolicamente uma posição social que a própria estrutura econômica não consegue assegurar materialmente.

11. O Brasil que não consegue imaginar o próprio futuro

Chego ao final deste ensaio retomando a questão que orientou suas três partes.

O atraso econômico brasileiro não pode ser explicado exclusivamente pela insuficiência de investimentos, pela baixa produtividade, pela concentração patrimonial ou pelas deficiências institucionais. Uma economia que investe menos de 17% de seu produto e registra em juros quase

8% dele, como mostrei na segunda parte, tem evidentemente um problema de estrutura. Esses fatores são fundamentais, sem esgotar o problema. O desenvolvimento também depende da capacidade de uma sociedade construir expectativas coletivas de futuro.

É necessário que os indivíduos reconheçam alguma correspondência entre seu esforço, as oportunidades disponíveis e as possibilidades de melhoria das condições de vida. Quando essa correspondência se enfraquece, a confiança social pode deteriorar-se. A política passa a organizar-se menos em torno de projetos de transformação e mais em torno de estratégias de proteção contra ameaças percebidas.

A classe média expressa uma dimensão dessa dificuldade. Deseja enriquecer porque não confia na estabilidade das condições materiais que possui. Procura distinguir-se porque teme a proximidade com a pobreza. Identifica-se com as elites porque imagina encontrar nelas a representação de seu próprio futuro. Valoriza a autonomia patrimonial porque experimenta a dependência do trabalho como vulnerabilidade. E pode procurar na autoridade moral uma forma de reconhecimento quando a ascensão econômica não se realiza.

O resultado é uma disposição social profundamente contraditória. A classe média deseja liberdade econômica, mas pode apoiar projetos que restringem liberdades individuais. Deseja prosperidade, mas pode identificar-se com políticas que não asseguram expansão suficiente da capacidade produtiva. Deseja segurança, mas pode desconfiar das instituições coletivas responsáveis por sua proteção. Deseja reconhecimento, mas pode resistir ao reconhecimento de grupos que historicamente permaneceram excluídos.

Essas contradições não constituem características universais da classe média brasileira. Representam tendências possíveis, cuja importância precisa ser investigada empiricamente. Considero, ainda assim, que ajudam a compreender um problema mais amplo: a dificuldade de transformar aspirações individuais de prosperidade em um projeto coletivo de desenvolvimento.

Uma sociedade não se torna desenvolvida apenas porque seus integrantes desejam enriquecer. Torna-se desenvolvida quando constrói instituições, capacidades produtivas e condições sociais que permitem ampliar de maneira sustentada as oportunidades de realização humana. O desenvolvimento não pode ser reduzido à multiplicação de patrimônios individuais. Exige investimentos em infraestrutura, educação, ciência, tecnologia, saúde, saneamento, habitação e produtividade. Exige também uma estrutura distributiva capaz de permitir que os resultados da expansão econômica sejam socialmente compartilhados.

O desafio brasileiro não consiste em eliminar a riqueza privada. Consiste em construir uma economia na qual a acumulação privada possa contribuir efetivamente para a ampliação da prosperidade coletiva. Não consiste em negar a importância do mercado financeiro. Consiste em assegurar que sua sofisticação esteja associada à capacidade de financiar a transformação produtiva. Não consiste em desqualificar a classe média. Consiste em compreender por que segmentos economicamente vulneráveis podem identificar seus interesses com os de grupos patrimoniais muito mais poderosos. E não consiste em condenar as convicções conservadoras. Consiste em preservar a distinção entre o legítimo pluralismo das ideias e a pretensão autoritária de impor uma certificação moral à sociedade.

O Brasil precisa de uma concepção de desenvolvimento que ultrapasse a promessa de enriquecimento individual. Precisa construir condições para que a segurança econômica não dependa exclusivamente da capacidade de acumular patrimônio. Uma sociedade na qual o acesso à educação,

à saúde, à infraestrutura e aos serviços essenciais depende inteiramente da riqueza privada transforma o patrimônio em requisito de cidadania material. Nessas condições, a busca individual por acumulação deixa de representar apenas uma aspiração de conforto e converte-se em necessidade de proteção contra as insuficiências da organização coletiva.

O problema não é que as pessoas desejem ser ricas. O problema é que muitas delas percebem a riqueza como a única maneira de escapar da insegurança. Essa percepção produz efeitos econômicos, culturais e políticos. Favorece a valorização do patrimônio como símbolo de superioridade. Alimenta a desconfiança em relação aos mecanismos de solidariedade. Pode estimular o afastamento simbólico entre grupos que compartilham condições materiais semelhantes. E, em determinadas circunstâncias, cria oportunidades para movimentos políticos que oferecem reconhecimento moral em substituição à transformação econômica.

É necessário, portanto, recuperar uma ideia de desenvolvimento que não se limite à expansão dos rendimentos privados. Celso Furtado compreendeu que o subdesenvolvimento não constitui simplesmente uma etapa anterior ao desenvolvimento e sim uma configuração histórica específica, marcada por estruturas econômicas e sociais que podem reproduzir-se ao longo do tempo.¹⁴ Sua contribuição permanece importante porque nos obriga a reconhecer que o crescimento econômico não assegura, automaticamente, a superação dessas estruturas. A transformação produtiva precisa ser acompanhada pela ampliação das capacidades sociais.

A democracia, por sua vez, precisa oferecer mais do que a possibilidade formal de participação política. Precisa preservar instituições capazes de organizar conflitos, assegurar direitos e permitir que diferentes projetos de sociedade disputem legitimamente o futuro.

A insegurança econômica não pode ser eliminada por discursos de autoridade. O ressentimento não substitui a política de desenvolvimento. A superioridade moral proclamada não produz produtividade. E a valorização patrimonial, por maior que seja, não substitui a criação das condições materiais que sustentam a prosperidade coletiva.

Talvez a contradição mais profunda da classe média esteja precisamente na dificuldade de reconhecer que sua segurança individual depende, em grande medida, da segurança coletiva. Quanto mais precárias forem as instituições sociais, maior será a necessidade de proteção patrimonial privada. Quanto maior essa necessidade, mais intensa poderá tornar-se a identificação com os valores da acumulação. E quanto mais a acumulação individual for percebida como única possibilidade de liberdade, menor poderá ser a disposição para reconhecer a importância dos investimentos coletivos que tornam essa liberdade socialmente possível.

Forma-se, assim, um círculo de insegurança e distinção. A classe média procura escapar individualmente de uma sociedade cuja transformação coletiva poderia oferecer-lhe condições mais estáveis de existência. É esse círculo que precisamos compreender e superar.

12. Conclusão geral: uma sociedade que deseja ser rica e teme construir o futuro

Ao concluir esta série, retorno à imagem que orientou sua concepção. A classe média brasileira encontra-se diante de dois horizontes. Atrás de si, percebe a pobreza, da qual deseja afastar-se permanentemente. À sua frente, imagina a riqueza, que transforma em ideal de realização pessoal. Entre esses dois extremos, procura construir uma identidade social que lhe ofereça reconhecimento, segurança e pertencimento.

O problema é que sua posição econômica permanece frequentemente dependente de condições que não controla. O trabalho pode desaparecer. A renda pode diminuir. O patrimônio pode perder valor. O endividamento pode comprometer a estabilidade familiar. A insegurança constitui uma experiência concreta. A resposta oferecida pelo imaginário dominante, porém, é predominantemente individual: acumular patrimônio, ampliar rendimentos financeiros, distinguir-se dos grupos inferiores e aproximar-se simbolicamente das elites.

O fator Faria Lima fornece a linguagem econômica dessa aspiração; a teologia da prosperidade, sua chancela religiosa; as bets, sua versão popular; o empreendedorismo, sua gramática do mérito. A valorização patrimonial aparece como prova de competência. A independência financeira converte-se em ideal de liberdade. O rentismo adquire prestígio superior ao trabalho que sustenta materialmente a reprodução da sociedade.

Quando essa promessa não se realiza, a política pode oferecer outras formas de reconhecimento. A autoridade, a identidade e a certificação moral podem funcionar como instrumentos de distinção. A extrema-direita encontra, em determinadas circunstâncias, oportunidades para organizar essas expectativas.

O futuro de uma sociedade, contudo, não pode ser construído apenas sobre o medo de perder posição, a admiração pela riqueza e a necessidade de encontrar culpados. O desenvolvimento exige confiança na possibilidade de transformação. Exige disposição para investir em capacidades produtivas cujos resultados não aparecem imediatamente. Exige instituições capazes de proteger direitos e organizar conflitos. Exige reconhecer que a prosperidade coletiva não constitui obstáculo à realização individual e sim uma de suas condições fundamentais.

Uma sociedade verdadeiramente desenvolvida não é aquela em que todos conseguem tornar-se rentistas. É aquela em que o trabalho pode assegurar uma vida digna, a atividade produtiva encontra condições de prosperar e a propriedade não constitui requisito indispensável para o exercício material da cidadania.

O desafio brasileiro é abandonar a ideia de que o sucesso coletivo pode resultar da soma de estratégias individuais de enriquecimento. A riqueza privada pode contribuir para o desenvolvimento; não o substitui. O mercado financeiro pode mobilizar recursos; não representa, isoladamente, a capacidade produtiva de uma nação. A moral pode orientar a existência individual; não autoriza ninguém a reivindicar superioridade jurídica sobre aqueles que vivem de maneira diferente. E a política pode expressar conflitos legítimos; perde, contudo, sua dimensão democrática quando transforma adversários em inimigos cuja existência precisa ser neutralizada.

A classe média é, nesse sentido, mais do que uma provocação dirigida a determinados segmentos sociais. É uma metáfora de nossas próprias contradições nacionais. Um país que deseja alcançar a riqueza e preserva estruturas que dificultam sua distribuição. Uma sociedade que admira a liberdade econômica e convive com profundas formas de dependência material. Uma cultura que valoriza o sucesso individual e encontra dificuldades para construir compromissos coletivos duradouros. Uma democracia que ampliou direitos e ainda enfrenta resistências à igualdade substantiva.

Não acredito que a superação dessas contradições dependa de uma transformação moral dos indivíduos. Depende, sobretudo, da construção de condições econômicas, sociais e institucionais capazes de tornar menos precária a experiência cotidiana da maioria da população.

A segurança econômica não pode continuar sendo um privilégio patrimonial. A dignidade não pode depender da riqueza. E o futuro não pode permanecer refém do medo.

Talvez o maior obstáculo ao desenvolvimento brasileiro não seja apenas a distância entre pobres e ricos, e sim a incapacidade de reconhecer que uma sociedade não se torna próspera quando todos desejam pertencer às elites, mas quando a prosperidade deixa de ser privilégio de poucos.

A classe méRdia teme a pobreza porque sabe que está próxima dela. Deseja a riqueza porque acredita que somente ela poderá protegê-la. Enquanto permanecer prisioneira dessa contradição, correrá o risco de defender uma sociedade que não lhe oferece nem a segurança que procura nem o futuro que deseja.

Na primeira parte, perguntei se conseguiríamos construir uma sociedade na qual não fosse necessário ser rico para viver com dignidade. Eis a questão que permanece depois destas três partes:

Seremos capazes de construir um Brasil em que não seja necessário ser rico para deixar de ter medo de ser pobre?

Fim do ensaio

Encerramento da série

A Classe méRdia brasileira

O rentismo, a ilusão da riqueza e a sociedade que teme o próprio futuro

Parte I - A classe méRdia e a ilusão da riqueza. O conceito de classe média, a desigualdade de renda, a diferença entre capacidade de consumo e segurança econômica e a distância entre a posição social efetiva e o pertencimento imaginado.

Parte II - O fator Faria Lima: o dinheiro, o rentismo e a hegemonia financeira. A diferença entre capital produtivo e capital financeiro, a valorização patrimonial como ideal de sucesso e os mecanismos pelos quais os interesses das elites econômicas passam a ser percebidos como interesses gerais da sociedade.

Parte III - O medo, a moral e a política: a classe méRdia diante da extrema-direita. A relação entre insegurança econômica, ressentimento, certificação moral, conservadorismo e autoritarismo, e o modo pelo qual a promessa de superioridade moral pode substituir a perspectiva de ascensão material.

Ricardo Giuliani

Mestre e Doutor em Direito. Escritor e Artista Plástico.

Série: A classe méRdia brasileira

Publicação: ricardogiuliani.com.br

Notas e referências

1. FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Obra originalmente publicada em 1941.
2. NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Primeira dissertação. Obra originalmente publicada em 1887.
3. SCHELER, Max. *Ressentiment*. Obra originalmente publicada em 1912.

4. BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. Obra originalmente publicada em 1790.
5. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Especialmente os artigos 1º, incisos II, III e V; 3º; e 5º, caput e incisos IV, VI e IX.
6. BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.
7. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
8. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Obra originalmente publicada em 1979.
9. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
10. HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. New York: The New Press, 2016.
11. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
12. SEBRAE. *MEIs lideram abertura de empresas no país e já representam 78% dos novos negócios em 2026*. Agência Sebrae de Notícias, 28 maio 2026. Dados de janeiro a abril de 2026.
13. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Obra originalmente publicada em 1958.
14. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959; e *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Nota metodológica: as categorias *classe média*, *fator Faria Lima* e *conservadorismo compensatório* são empregadas neste ensaio como construções interpretativas. Não correspondem a classificações estatísticas oficiais nem a categorias empíricas previamente validadas. As relações propostas entre insegurança econômica, identificação patrimonial e comportamento político constituem hipóteses analíticas, não relações causais universalmente demonstradas. A pesquisa de dados e referências contou com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial; todas as informações foram por mim verificadas e validadas.